

8 Docentes em substituição de colegas nas escolas durante suas horas-atividades.

A Smeac explica que o professor de horas-atividades, de fato, não deve substituir o colega que está faltando, independente do motivo. Para esta tarefa, as escolas possuem diretores e vices e, as maiores, até um professor especificamente para preencher estas lacunas. "Nós, na Smeac, sempre passamos esta orientação. Se há irregularidades, são pontuais, sob responsabilidade das direções das escolas, e não chegaram até nós", afirma a coordenadora pedagógica de Ensino Fundamental, Rita Carneiro Fleck.

9 Professores lecionando outras disciplinas, diferentes das quais foram nomeados e de suas formações profissionais.

A secretária Silvana explica que as eventuais substituições, em caso de faltas ou licenças, levam em conta o campo do conhecimento (Ciências Humanas/Ciências Exatas) e estão amparadas na lei.

10 Exigência de laudo médico, por parte da Smeac, aos pais de crianças de inclusão.

Conforme a psicóloga da Smeac, Simone Müller Cardoso, a exigência do laudo é uma obrigação legal, já que este documento vai definir o nível de deficiência da criança e o tipo de atendimento especializado que ela deve receber.

11 Obrigatoriedade do zoneamento para matrícula nos ensinos infantil e fundamental.

A Smeac esclarece que o zoneamento visa garantir que o menor estude o mais próximo possível de sua casa, desta forma, reduzindo também as despesas com o transporte escolar. Está previsto na Lei Federal 11.700, de 2008. "Difícil entender por que isso está sendo questionado. Talvez porque já houve épocas em que se transportava alunos do perímetro urbano para escolas do interior, onerando os cofres públicos e beneficiando os empresários do setor", arrisca a secretária Silvana Schallenberg.

12 Contratação de uma só empresa para o transporte escolar, cujo preço por quilômetro rodado com aluno é altíssimo.

A Secretária informa que os contratos são fruto de licitação e que

isso está sendo questionado. Talvez porque já houve épocas em que se transportava alunos do perímetro urbano para escolas do interior, onerando os cofres públicos e beneficiando os empresários do setor", arrisca a secretária Silvana Schallenberg.

12 Contratação de uma só empresa para o transporte escolar, cujo preço por quilômetro rodado com aluno é altíssimo.

A Secretária informa que os contratos são fruto de licitação e que se apenas uma empresa venceu é porque foi a única que atendeu a todos os requisitos do edital. "De qualquer forma, o vencedor está fazendo parcerias com empresas menores, assumindo a responsabilidade sobre a segurança das crianças", diz Silvana. Quanto aos valores, alega que a planilha leva em conta diversos custos com manutenção dos veículos e combustíveis.

13 Más condições das estruturas de algumas escolas da rede pública municipal.

Conforme a diretora do Departamento de Educação, Rosani Brochier Nicolli, esta acusação é absolutamente inoportuna. Ela diz que, há muitos anos, as escolas municipais não são beneficiadas por um programa tão amplo de reformas, ampliações e melhorias como o que foi iniciado no ano passado pelo prefeito Aldana. Diversas instituições já foram atendidas ou estão em obras, como a Etevíno de Araújo Cruz (Rua Nova), Carolina Kochenborger (Bom Jardim), José Pedro Steigleder (bairro Senai), José Flores Cruz (bairro Aeroclube), São Paulo (bairro São Paulo) e Santo Antônio (bairro Santo Antônio). Ainda este ano, haverá obras na Adolfo Schüller (bairro Panorama), Bello Faustino dos Santos (Fortaleza), Carlos Schubert (Faxinal), Cinco de Maio (bairro Cinco de Maio), Esperança (bairro Senai), Mafalda Padilha (Campo do Meio), Walter Belian (bairro Rui Barbosa), Pedro João Müller (Costa da Serra), Bárbara Heleodora (Lajeadoinho), Manoel José da Motta (Muda Boi) e Maria Josepha de Oliveira (Porto dos Pereiras). E, até junho, estarão prontas as novas escolas dos bairros Estação e Senai.

14 Fechamento de escolas do interior que atendiam a comunidades locais.

Segundo a coordenadora pedagógica das escolas de campo, Márcia da Silva Farias, nenhuma instituição foi fechada. O que aconteceu foi a redução de um turno nas escolas Clara Camarão, de Alfama; e Henrique Pedro Zimmermann, de Passo da Serra. Em ambas, não havia demanda que justificasse o funcionamento de manhã e à tarde. "Na Clara Camarão, eram 32 alunos e, para atendê-los, havia quatro professores e três assistentes de escola. Agora, com au-

las somente de manhã, são três professores e uma assistente para 34 crianças", explica. Na Henrique Pedro Zimmermann, o Conselho Municipal de Educação determinou a extinção da pré-escola porque a instituição não dispunha de sala adequada. Os alunos foram transferidos, com transporte pago pelo Município, para as escolas de Muda Boi e de Costa da Serra. O caso mais grave, porém, estava na Escola Bello Faustino dos Santos, de Fortaleza. "Em torno de 70% dos alunos era oriunda do perímetro urbano e poderiam estar matriculados na Jorge Guilherme Moojen, na Promorar ou na Estação. Um absurdo", explica Márcia. Segundo a Smeac, o Município pagava "uma fortuna" e só quem ganhava com isso era o transportador. Se houver uma CPI, será possível esclarecer os motivos. A Smeac explica que a situação é anterior à troca de governo, em 2013. A escola, que tinha 90 matriculas, agora possui 24 e passou a atender basicamente a comunidade das redondezas.

15 Excesso de alunos em sala de aula, agredindo normas, especialmente no caso de salas com alunos especiais.

A coordenadora pedagógica Liane Lautert explica que esta é outra denúncia infundada. "Seguimos as resoluções do Conselho Municipal de Educação", afirma, desafiando o dirigente sindical a apontar as instituições em que estaria havendo alguma irregularidade. A regra estabelece que, no 1º e 2º anos, as salas tenham até 25 crianças. Do 3º ao 5º ano, de 25 a 28. E, do 6º ao 9º anos, de 28 a 35 estudantes.

16 Falta de profissionais em setores fundamentais das escolas (biblioteca, sala de informática, supervisão e orientação).

A Smeac garante que todos estes setores têm atendimento normal.

17 Ausência de profissionais especializados para acompanhamento de alunos com necessidades especiais.

Conforme a psicopedagoga Rossely Gastão Alves de Oliveira, os profissionais escalados para esta tarefa possuem as qualificações estabelecidas em lei. O que determina o tipo de acom-

16 escolas (biblioteca, sala de informática, supervisão e orientação).

A Smeac garante que todos estes setores têm atendimento normal.

17 Ausência de profissionais especializados para acompanhamento de alunos com necessidades especiais.

Conforme a psicopedagoga Rossely Gastão Alves de Oliveira, os profissionais escalados para esta tarefa possuem as qualificações estabelecidas em lei. O que determina o tipo de acompanhamento é um laudo médico apontando as deficiências do aluno e seu nível de dependência.

18 Instituições de ensino municipais sem toda a documentação necessária emitida pelos Bombeiros para adequado funcionamento.

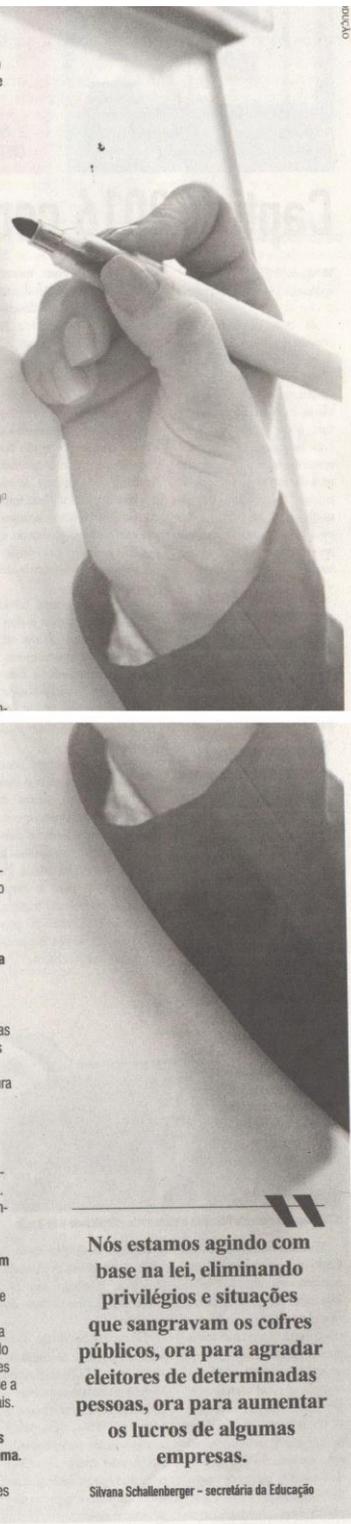
A secretária Silvana Schallenberg afirma que, até 2013, as instituições de ensino não tinham sequer Habite-se, situação que está sendo regularizada. A Administração também contratou especialistas para a elaboração dos Planos de Prevenção e Combate a Incêndios (PPCIs). "Esta documentação está pronta e as adaptações vêm sendo feitas, inclusive, com o treinamento das equipes para a segura evacuação dos prédios em caso de sinistros", informa. Ela lembra que o prefeito Aldana, na época em que comandou a Smeac, em 2013, foi o primeiro que realmente se preocupou com estas questões de segurança. A equipe da Smeac lembra que, no passado, já houve alunos com aula em salas novas, mas com as vigas escoradas por armações de madeira por causa do risco de desabamento. Trata-se de uma referência a episódio registrado na Escola Esperança, na gestão do ex-prefeito Percival de Oliveira.

19 Professores aprovados no último concurso sem serem chamados, mesmo existindo vagas.

Conforme a Secretária, o quadro de professores da rede municipal de ensino está completo e, no ano passado, foram contratados 64 novos educadores nas séries iniciais. Hoje, a Prefeitura possui apenas 14 RSTs (Regime Suplementar de Trabalho), quando mestres que já estão lecionando são contratados para substituições de colegas por períodos curtos e determinados. São casos em que a legislação veda a abertura de uma nova vaga de 22 horas semanais.

20 Falta de profissionais de Educação Física para séries iniciais, visto que já há norma regulamentando tal tema.

A secretária Silvana afirma que a legislação não obriga a oferta para alunos do 1º ao 5º ano, embora eles façam atividades físicas na escola. Estudantes do 6º ao 9º ano já são atendidos.



Nós estamos agindo com base na lei, eliminando privilégios e situações que sangravam os cofres públicos, ora para agradar eleitores de determinadas pessoas, ora para aumentar os lucros de algumas empresas.

Silvana Schallenberg - secretária da Educação